

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.419 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: SINDIVINHO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE VINHO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO INDENIZADO. MATÉRIA JÁ EXAMINADA SOB O ENFOQUE DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA Nº 759. ARE 745.901.

VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR A TÍTULO DE 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) PROPORCIONAL. NATUREZA JURÍDICA DAS PARCELAS PAGAS AOS EMPREGADOS. ALCANCE DA EXPRESSÃO “FOLHA DE SALÁRIOS”. MATÉRIA QUE AGUARDA EXAME SOB O ENFOQUE DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA Nº 20. RE 565.160.

DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA A OBSERVÂNCIA DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. ATO JUDICIAL PREVISTO NO ARTIGO 543-B DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IRRECORRIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento

**RE 897419 ED-AGR / RS**

ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.419 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>:SINDIVINHO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE VINHO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>:UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental interposto por SINDIVINHO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE VINHO DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão de minha relatoria, assim ementada:

*“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO INDENIZADO. MATÉRIA JÁ EXAMINADA SOB O ENFOQUE DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA Nº 759. ARE 745.901. VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR A TÍTULO DE 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) PROPORCIONAL. NATUREZA JURÍDICA DAS PARCELAS PAGAS AOS EMPREGADOS. ALCANCE DA EXPRESSÃO “FOLHA DE SALÁRIOS”. MATÉRIA QUE AGUARDA EXAME SOB O ENFOQUE DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA Nº 20. RE 565.160. DEVOLUÇÃO DO FEITO À ORIGEM (ARTIGO 328, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RISTF). DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. ATO JUDICIAL PREVISTO NO ARTIGO 543-B DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IRRECORRIBILIDADE.”*

Nas razões do agravo, sustenta que

**RE 897419 ED-AGR / RS**

*“a matéria versada nestes autos Incidência de contribuição previdenciária sobre a verba recebida por empregado a título de aviso prévio indenizado, já foi analisada no Leading Case Case ARE 745901, quando o Pretório Excelso afirmou não haver repercussão geral da matéria (Tema nº 759)*

*(...)*

*Neste sentido, calha sublinhar que sendo o 13º salário proporcional ao aviso prévio uma verba reconhecidamente acessória ao aviso prévio indenizado, deve, portanto, seguir a mesma natureza da obrigação principal.*

*Logo, se a obrigação principal é indenizatória, como o é o aviso prévio indenizado, os seus reflexos no 13º salário – obrigação acessória – seguirão a mesma natureza da sua origem.*

*Notadamente, caso o aviso prévio deixasse de existir, a parcela integrante da gratificação natalina tida como 13º proporcional ao aviso prévio, seria, da mesma maneira extinta.*

*Portanto, não existindo repercussão geral quanto ao aviso prévio indenizado, sobre o 13º salário proporcional ao aviso prévio também não há repercussão geral.*

*Outrossim, ao mencionar os temas de cujas matérias trata o Recurso Extraordinário da agravada, o Douto Ministro suscita o tema nº 20, afirmando que o mesmo trata de 13º salário.*

*Ocorre que, o assunto discutido junto ao mencionado representativo é o alcance da expressão folha de salários e não o 13º salário.*

*Ainda, a matéria versada nestes autos é o aviso prévio e o 13º salário proporcional ao aviso prévio e não a gratificação natalina propriamente dita.”*

**É o relatório.**

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.419 RIO  
GRANDE DO SUL

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual a mesma deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Consoante afirmado na decisão agravada, a matéria versada no recurso extraordinário não se restringe à discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre a verba paga a título de aviso prévio indenizado (Tema nº 759 da repercussão geral – ARE 745.901), pois também se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de décimo terceiro salário, controvérsia abrangida pelo Tema nº 20 da repercussão geral (RE 565.160).

O artigo 328 do RISTF autoriza a devolução dos recursos extraordinários e dos agravos cujas matérias foram submetidas à sistemática da repercussão geral (inexistência ou existência de repercussão geral, com mérito pendente ou já julgado) aos Tribunais ou Turmas Recursais de origem para os fins previstos no art. 543-B do CPC, e, uma vez determinada a devolução do feito, a competência para a aplicação da sistemática da repercussão geral é da origem, conforme se infere do julgamento do AI 760.358-QO, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJe de 19/2/2010, que porta a seguinte ementa:

*“Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica*

**RE 897419 ED-AGR / RS**

*entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental.*

*1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral.*

*2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação.*

*3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida.*

*4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem”.*

Demais disso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que não é cabível a veiculação de insurgência contra despacho de encaminhamento do feito à origem, em atenção à sistemática da repercussão geral. Nesse sentido, colaciona-se os seguintes julgados:

*“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PROGRESSÃO SALARIAL. LEI 10.961/92. EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS EFETIVADOS PELA LEI 10.254/90. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. INSURGÊNCIA VEICULADA CONTRA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DO ART. 543-B DO CPC. PROCEDIMENTO AUTORIZADO EM QUESTÃO DE ORDEM NO AI 777.749. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 09.9.2008.*

**RE 897419 ED-AGR / RS**

*O Plenário Virtual desta Corte, nos autos do AI 843.751, proclamou a inexistência de repercussão geral da questão relativa à extensão da progressão salarial instituída pela Lei 10.962/92-MG aos servidores públicos estaduais efetivados pela Lei 10.254/90-MG.*

*Determinada a devolução dos autos para observância do art. 543-B do CPC, manifesta insurgência a ora agravante ao argumento de que, inexistente a repercussão geral, o recurso deveria ser inadmitido.*

*A questão suscitada foi dirimida por esta Corte no AI 777.749RG/MG, em questão de ordem, restando pacificado o procedimento ora adotado.*

*Ademais, é irrecorrível a aplicação da sistemática da repercussão geral.*

*Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.” (AI 834.610-ED, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 11/12/2014)*

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO APRESENTADA ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PELA PARTE ADVERSA. EMBARGOS REJEITADOS. RATIFICAÇÃO DESNECESSÁRIA. REPERCUSSÃO GERAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. IRRECORRIBILIDADE.**

*Sendo rejeitados os embargos declaratórios opostos pela parte adversa, tem-se, no momento da interposição do recurso extraordinário, decisão final da causa apta a ensejar a abertura da via extraordinária, nos termos do art. 102, III, da Constituição. Dessa forma, desnecessária a ratificação. Precedentes.*

*É irrecorrível a decisão recorrida que, com base no art. 328, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, limitou-se a determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a observância do disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil. Precedentes.*

*Agravo regimental a que se nega provimento.” (RE 594.481-*

**RE 897419 ED-AGR / RS**

ED, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 6/10/2014)

***“Agravo regimental no recurso extraordinário. Repercussão geral. Decisão que determina o retorno dos autos à origem. Irrecorribilidade. Precedentes.***

1. *Verificada a identidade entre a matéria em discussão nestes autos e outra cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida pela Corte, aplica-se ao caso a sistemática processual própria desse instituto.*

2. *Manutenção da decisão com que, com base no art. 328, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, se determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para a observância do disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil.*

3. *Agravo regimental não provido.”* (RE 574.217-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 29/8/2013)

***“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. DEVOUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM: ART. 543-B DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C/C ART. 328, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IRRECORRIBILIDADE. IDENTIDADE MATERIAL ENTRE O PARADIGMA E O CASO CONCRETO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.”*** (AI 639.021-AgR-ED, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 30/8/2013)

*Ex positis*, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.419**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

AGTE.(S) : SINDIVINHO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE VINHO DO RIO  
GRANDE DO SUL

ADV.(A/S) : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

AGDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma